

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CENTRO DE ESTUDOS

1989

3º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: (25 pontos)

Dissertação sobre o tema:

Conceito e limites do poder discricionário.

2ª Questão: (15 pontos)

Lei da União autoriza autarquia federal a declarar de utilidade pública bens particulares, quando assim for necessário para execução de seus serviços. A CET-Rio, empresa pública municipal, indaga à Procuradoria do Município se lei municipal poderá autorizá-la a idêntico procedimento.

(Fundamente a resposta).

3ª Questão: (15 pontos)

Após licitação e adjudicada a obra, o Município firma contrato com empresa construtora, com sede em São Paulo, para construção de escolas públicas em áreas desapropriadas com esta finalidade. O contrato prevê o prazo máximo de 15 meses, a partir da celebração do contrato, de modo a permitir a utilização das novas escolas no início do ano letivo. Em virtude de demora da imissão na posse das áreas, o Município concede prorrogação de seis meses para a conclusão das obras iniciadas. Vencido, porém, o prazo da prorrogação, o construtor deixa de entregar a obra contratada, alegando que, diante da demora, o preço fixo contratado não mais corresponde ao custo real da construção, por motivo da inflação dos preços de materiais e elevação da mão-de-obra. O Município indefere o pedido de reajustamento e notifica o construtor para concluir a obra, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa e declaração de inidoneidade.

Qual o seu parecer sobre a questão?

4ª Questão: (15 pontos)

Lei Municipal autoriza o órgão competente a impor a proprietário do imóvel a obrigação de cercá-lo, na parte em que confina com outro de propriedade particular.

Intimado para este fim, determinado proprietário alega, perante a Administração, tratar-se de matéria pertinente exclusivamente ao direito privado.

Opine a respeito da procedência ou não da impugnação.

5ª Questão: (15 pontos)

Após o banimento de seu marido no ano de 1970, a Senhora X, passou a sofrer ameaças na repartição estadual em que trabalhava, no cargo de Auxiliar de Administração, coação que se estendeu aos filhos do casal, sendo um deles desligado do Colégio Militar, onde estudava.

Diante dessa situação, que repercutia sobre toda a família colocando sua segurança em risco, a Senhora X requereu licença sem vencimentos, por 1 (um) ano, tendo o Governador do Estado da Guanabara, indeferido o pedido, imotivadamente.

Agora, no ano de 1989, a Senhora X, comprovando documentalmente as ameaças e perseguições, inclusive por noticiário jornalístico da época, pediu reintegração no serviço público municipal, exercendo, embora fora do prazo, o direito de opção que a Lei Complementar nº 20, de 1974 ao fundir os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, concedera aos servidores deste último.

O Prefeito remeteu o pedido à Procuradoria Geral do Município para estudo e opinamento.

Como opinaria o candidato, no exercício do cargo de Procurador do Município?

6ª Questão: (15 pontos)

O Tribunal de Contas do Município nega registro a atos praticados por empresa pública municipal, que importavam em reclassificar, em emprego

de outra carreira, pessoal admitido em 1987, independentemente de concurso público.

Opine quanto à matéria.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão: (30 pontos)

O Juiz de Direito de uma das Varas de Fazenda Pública, da Comarca da Capital, expede carta precatória para a penhora de imóvel em Comarca do interior. O bem foi oferecido por outrem, que não o executado, em segurança de execução fiscal, havendo anuência escrita e expressa do cônjuge do seu proprietário.

No Juízo deprecado há embargos de terceiro, que comprova ser autor de ação ordinária em curso, para dissolução de sociedade de fato na propriedade do imóvel penhorado, e que pretende excluir da execução.

Também no Juízo deprecado são oferecidos embargos de executado, com fundamento em alegado excesso de penhora e na falta de intimação do cônjuge do executado, recaindo a penhora sobre imóvel.

ELABORAR, COMO SE FOSSE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, EXEQUENTE, A SINÓPSE DA DIRETRIZ DA SUA NECESSÁRIA ATUAÇÃO, NA HIPÓTESE, FOCALIZANDO, JUSTIFICADAMENTE:

1º) O JUÍZO COMPETENTE PARA A DECISÃO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO E PARA A DECISÃO DOS EMBARGOS DO EXECUTADO.

2º) O QUE DEVE SER ARRAZOADO E REQUERIDO PARA:

- a) TRAZER A DISCUSSÃO DO FEITO PARA O JUÍZO DEPRECANTE;
- b) RESPONDER À ARGUMENTAÇÃO DE CADA UM DOS EMBARGOS.

2ª Questão: (25 pontos)

Ocupante de “barracos” na “favela” do Querosene recusam-se, obstinadamente, a deixá-los, não obstante o risco de iminentes deslizamentos na encosta.

De que medidas judiciais, e respectivos fundamentos, pode o Município utilizar-se, ante o perigo não só para os moradores como para a comunidade local, a fim de esvaziar e demolir os barracões?

3ª Questão: (15 pontos)

O que alegaria, na qualidade de PROCURADOR DO MUNICÍPIO, quanto aos efeitos da revelia relativamente às entidades de Direito Público?

4ª Questão: (10 pontos)

Ofereça a defesa, que lhe parecer conveniente, à pretensão de cúmulo de pedido cautelar em ação de conhecimento.

5ª Questão: (20 pontos)

A que tipo de legitimação se refere o nº XXI, do art. 5º, da Constituição Federal? (Justificar a resposta).

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: (25 pontos)

O art. 39 da Nova Constituição Federal, adotado que venha a ser pelo Município, como regime jurídico único, o regime estatutário, autoriza a conversão em cargos públicos dos empregos ocupados:

- a) Por servidores contemplados no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, independentemente do concurso previsto no parágrafo 1º desse artigo?
- b) Por servidores até então sujeitos a regime celetista que:
 - b.1) tenham sido recrutados para o emprego mediante concurso público?
 - b.2) tenham sido contratados sem submissão a concurso público?

Responda a cada um dos quesitos justificadamente.

2ª Questão: (25 pontos)

Projeto de lei de iniciativa da Câmara Municipal, instituindo isenção de determinada taxa, é vetado pelo Prefeito, sob o duplo fundamento de vício de iniciativa e inconveniência perante o interesse público. O veto é rejeitado e o projeto é promulgado pela Câmara, prevalecendo o argumento de que, com o advento da Constituição de 1988, a matéria deixou de ser de iniciativa reservada ao Chefe do Executivo, o que deve, desde logo, ser observado também no processo legislativo municipal, independentemente de alteração da Lei Orgânica do Município, que a arrolava dentre os projetos de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Manifeste fundamentadamente sua opinião sobre a hipótese.

3ª Questão: (10 pontos)

Pelo novo texto constitucional o funcionário público posto em disponibilidade fará jus a remuneração integral ou proporcional ao seu tempo de serviço?

Responda fundamentadamente.

4ª Questão: (20 pontos)

Lei Municipal instituiu o sistema de fiscalização da circulação de veículos nas vias urbanas de determinado Município. O Governador do Estado argüiu, em ação direta, a inconstitucionalidade da referida lei, sob o argumento de que cabe à Polícia Militar exercer a dita fiscalização. Desenvolva a defesa do Município.

5ª Questão: (20 pontos)

A Lei Municipal XYZ, de iniciativa do Vereador Tício, introduziu o instituto do referendo para a apreciação de atos do Poder Executivo, excludentes de tombamento ou de proteção ambiental. O Prefeito consulta a Procuradoria Geral do Município acerca da constitucionalidade da lei. Como você daria seu parecer?

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão: (15 pontos)

Numa rua de vila (servidão de domínio particular das casas nela existentes) os proprietários das casas resolveram colocar, na sua entrada, um portão com chave e cadeado.

Pergunta-se e pede-se resposta fundamentada:

- a) É necessária a aprovação da unanimidade dos proprietários ou é suficiente a aprovação pela maioria simples (metade mais um)?
- b) É aplicável a regra do artigo 628 do Código Civil?

2ª Questão: (20 pontos)

O Banco Sul Americano de Empréstimo e Poupança, com sede em Nassau, nas Bahamas, por escritura pública lavrada em 09 de junho de 1982, no 7º Ofício de Notas, na Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, concedeu a Grumari Desenvolvimento Turístico S/A um empréstimo no montante de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) equivalentes, na data de 18 de dezembro de 1981, a Cr\$ 376.260.000,00 (trezentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta mil cruzeiros), à taxa de câmbio oficial no Brasil, empréstimo esse a ser liquidado de uma só vez em 30 de dezembro de 1988.

A operação foi lastreada pela hipoteca de uma gleba situada em Campo Grande, no Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da mutuária, já loteada pela titular do domínio, conforme memorial de loteamento arquivado no registro de imóveis competente, sem que, contudo, houvesse sido ainda negociado, na data do mútuo, um lote sequer.

Obrigou-se a mutuária, no instrumento contratual, a abster-se de negociar lotes a partir do momento em que os valores dos lotes remanescentes, em se realizando qualquer negociação, configurassem uma garantia inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do montante da dívida original.

Adveio o dia do pagamento sem que a mutuária cumprisse a obrigação.

Diante do exposto, pergunta-se:

- a) É válido, em face do ordenamento jurídico brasileiro, o contrato de mútuo em referência?

- b) Tratando-se, como se trata, de uma hipoteca, será possível a Grumari Desenvolvimento Turístico S/A fazer uma dação em pagamento, em favor do credor, tendo por objeto os lotes remanescentes, ainda não negociados, cujos valores haviam sido dados em hipoteca, ao mesmo credor, liquidando assim totalmente a dívida?
- c) Os lotes já negociados e com os instrumentos de transferência devidamente registrados no registro de imóveis poderão ser executados hipotecariamente?
- d) Poderá o Banco requerer a falência da Grumari Desenvolvimento Turístico S/A?
- e) Admitindo-se como afirmativa a resposta à alínea precedente, que conseqüências terá o eventual requerimento de falência sobre a garantia real?

Fundamentar, indicando os dispositivos legais pertinentes, todas as respostas.

3ª Questão: (10 pontos)

O Município, com base na alínea “i” do artigo 5º do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 6.602 de 7 de dezembro de 1978, promoveu desapropriação de uma gleba de terras desocupadas, porém murada, situada no perímetro urbano.

A petição inicial foi instruída com exemplar do D.O., que publicou o decreto expropriatório, planta e detalhada descrição do imóvel; e por alegar urgência, o expropriante requereu fosse imitado provisoriamente na posse, para o que depositou quantia relativa ao valor do imóvel e da benfeitoria em conformidade com a alínea “c” do artigo 15 do mencionado Decreto Lei nº 3.365.

Concedida a imissão provisória, a causa seguiu seu rito normalmente, tendo o expropriado impugnado o preço alegando que na avaliação não foi levada em conta a localização do imóvel, servindo de ruas pavimentadas, eletricidade, rede telefônica, além de próximo a uma importante praça.

Responda esta impugnação, inclusive classificando os bens cuja avaliação o expropriado pretende.

4ª Questão: (30 pontos)

Caio e Tício se associaram para a incorporação e construção de um edifício de apartamentos, no Rio de Janeiro, em 1977.

Já vendidos os apartamentos a terceiros, a Administração Pública mandou sustar a construção e determinou o embargo da obra.

Passados mais de dez anos de discussão em mandado de segurança, durante os quais os compradores deixaram de pagar as prestações da compra, foi deferida a segurança e cassada a ilegalidade, ordenando o levantamento do embargo, possibilitando o prosseguimento da construção.

Durante esses dez anos, profundas modificações se verificaram nas condições econômicas.

Pergunta-se (as respostas devem ser fundamentadas) então o seguinte:

- a) Que atitude devem tomar Caio e Tício, frente aos adquirentes que não desejaram renegociar ou rescindir amigavelmente seus contratos de promessa de compra e venda?
- b) Foi válida a atitude dos compradores em suspender os pagamentos após a administração pública ter sustado a construção?
- c) Podem os compradores exigir de Caio e Tício o prosseguimento da edificação?
- d) Qual a situação jurídica dos promitentes compradores que quitaram o preço?

5ª Questão: (10 pontos)

Artur emprestou a Mário a quantia de NCz\$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzados novos), que deveria ser restituída no prazo de seis meses. E, para garantir esse mútuo, Mário ofereceu bem imóvel de sua propriedade, sendo lavrada a respectiva escritura pública de constituição de hipoteca, a qual, contudo, não foi levada ao registro imobiliário competente.

Dias após o ajuste, Mário faleceu, deixando três filhos: Rodrigo, Rogério e Ricardo.

Vencida a dívida, Rodrigo preocupado em remir a hipoteca, que onera um bem do acervo hereditário, procura Artur oferecendo-lhe NCz\$ 7.000,00 (sete mil cruzados novos).

Consultado por Artur, qual a orientação que você lhe daria?

6ª Questão: (15 pontos)

Uma ambulância de hospital municipal sofre abalroamento por um Caminhão. A culpa é exclusiva e grave do motorista do caminhão, que morreu no acidente. O caminhão está no nome de uma sociedade de responsabilidade limitada, que dias antes faliu, tendo, portanto, passivo maior do que o seu ativo. No registro do Departamento de Trânsito o caminhão consta em nome de uma sociedade de “leasing”, que havia celebrado um arrendamento mercantil com a referida sociedade falida.

Pergunta-se: pode o Município ingressar com ação de ressarcimento de perdas e danos contra a sociedade de “leasing”?

Fundamentar a resposta

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão: (20 pontos)

Disserte sobre: o princípio da reserva da lei complementar tributária.

2ª Questão: (20 pontos)

A Gráfica XLE requereu à Administração Municipal, em 20 de maio de 1989, o reconhecimento da imunidade do imposto sobre serviços referente aos serviços intermediários de confecção de livros realizados para diversas editoras, que lhe havia sido assegurada por decisão judicial transitada em julgado, proferida sob a vigência da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Dê o seu parecer sobre o pedido.

3ª Questão: (20 pontos)

A Lei Municipal nº 1.364, de 19 de dezembro de 1986, reza no artigo 5º, XI:

“Art. 5º - Compreendem-se na definição do fato gerador as seguintes mutações patrimoniais, envolvendo bens imóveis ou direitos a ele relativos:

.....

..

XI – transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo.”

Dê sua opinião, justificando-a, sobre a compatibilidade desse dispositivo com o art. 156, II da Constituição Federal, de 1988, à vista do disposto no art. 547 do Código Civil.

4ª Questão: (20 pontos)

Ao receber a notificação de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana para o exercício de 1989, certo contribuinte decidiu insurgir-se contra a cobrança, objeto da mesma notificação, da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública e da Taxa de Iluminação Pública.

Que fundamentos jurídicos poderia o contribuinte invocar contra a cobrança desses tributos?

Que fundamentos jurídicos tem o Município para cobrá-los?

5ª Questão: (20 pontos)

A Prefeitura Municipal de São Paulo autuou o Jockey Club daquela cidade, a fim de exigir-lhe o pagamento do imposto sobre serviços referente ao período de 1º de janeiro de 1988 a 31 de maio de 1989.

A iniciativa da Administração Fazendária Municipal fundou-se em lei local, baseada na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, cujo item 61 submete ao tributo a “distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios”.

Defendeu-se o autuado, alegando:

- a) Preliminarmente, que a Lei Complementar nº 56/87 é inconstitucional por não haver sido obedecido, em sua elaboração, o processo legislativo previsto no art. 50 da Constituição Federal então em vigor (EC nº 1/69) já que a aprovação se deu por acordo de lideranças e não pela maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional;

- b) Que, como associação civil de fins não lucrativos, não estava obrigada ao pagamento do imposto reclamado;
- c) Que não estava sujeito ao tributo porque a venda de pules ou cupons de apostas pelo Jockey Club não constitui serviço.

Queira examinar a controvérsia e pronunciar-se conclusivamente sobre as arguições da defesa do atuado.